Página PT 13

Nº 68 ■ JUlHO/2008

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Corrida de obstáculos

A eleição municipal deste ano é o primeiro lance da disputa presidencial de 2010.

Páginas 4 a 7

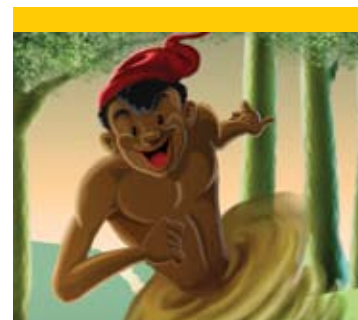
Fundação e formação

Página 3

O gênero da política

Páginas 8 e 9

Montadoras lucrativas

Páginas 10 e 11

Copa negra e perneta

Página 12

EDITORIAL

Os próximos meses serão marcados por dois grandes debates: por um lado, pelas campanhas eleitorais municipais; por outro lado, pela retomada da discussão sobre a política econômica de curto, médio e longo prazo.

A discussão sobre a política econômica retorna, por vários motivos.

Por um lado, há o impacto da crise internacional na economia brasileira, tanto nos preços quanto no câmbio. Utilizando este impacto como pretexto, o Banco Central brasileiro está operando uma alta na taxa básica de juros, o que atrai mais dólares para o Brasil e piora a situação da taxa de câmbio, dificultando por sua vez as exportações e ampliando a vulnerabilidade externa.

Por outro lado, a política de crescimento econômico com redução das desigualdades sofre oposição cerrada da oposição neoliberal. Derrotados nas eleições presidenciais de 2006, os neoliberais continuam em campanha por sua política de "redução de gastos", leia-se: menos Estado, menos políticas públicas, menos políticas sociais. Um episódio importante desta batalha foi a derrota da CPMF, imposto que financiava parte da saúde pública brasileira.

O Banco Central cerra fileiras, na prática, com os objetivos da oposição neoliberal, uma vez que o aumento da taxa de juros eleva o montante da dívida pública e reduz a capacidade de investimento (produtivo ou social) do governo federal.

Outros setores do governo e de sua base de apoio reagem com propostas variadas, desde a criação de um novo imposto para financiar a saúde, até a proposta de criação de um Fundo Soberano. Outra reação vem do próprio presidente da República, preocupado em viabilizar o PAC e algumas políticas públicas, mas ao mesmo tempo prisioneiro da lógica segundo a qual aumentar os juros é o caminho para combater a inflação (descartando-se por definição a necessária "paulada" que é preciso dar nos grandes especuladores com a dívida pública).

A discussão sobre a política econômica constitui uma espécie de terceiro turno das eleições presidenciais de 2006 e uma ante-sala do debate que será travado nas eleições de 2010.

Apesar de seu caráter estratégico, a discussão sobre a política econômica perdeu espaço, no interior do PT e de outros partidos governistas, para as articulações visando as eleições municipais de 2008, assunto ao qual dedicamos as matérias centrais desta edição de *Página 13*.

Página 13 declara sua total e irrestrita solidariedade ao Movimento Sem Terra, contra as intenções e declarações fascistas do Ministério Público estadual do Rio Grande do Sul. Voltaremos a este assunto na próxima edição."

ESTUDANTES

As entidades gerais da UNE

Bruno Elias*

Reunindo mais de cento e cinqüenta Uniões Estaduais, DCE's, Executivas e Federações de Curso nos últimos dias 19 a 22 de Junho em Brasília, o 56º CONEG da UNE tratou da convocação do 12º CONEB - Conselho Nacional de Entidades de Base e do anteprojeto da UNE para as Universidades Brasileiras. O Conselho foi marcado por relativa dispersão, confirmando a necessidade da UNE atualizar suas pautas, assumir um papel mais dirigente das lutas estudantis e adotar outros métodos: intervenção de massas, presença nas mobilizações e salas de aula, orientação mais organizativa, política capilarizada com os Centros acadêmicos, criação de comitês nas Universidades, revolucionar a atual política de comunicação e finanças, retomando a formulação educacional da entidade.

O espaço privilegiado para ampliarmos esse debate é o fórum de base da UNE, o CONEB, que a reunião da Diretoria Ampliada apontou convocar para novembro deste ano. Lamentavelmente, o atual núcleo dirigente da UNE – PCdoB, PSB e MR8 – foi em sentido contrário e o CONEG aprovou a realização do CONEB para janeiro de 2009, junto com a Bienal de Cultura e Arte da entidade e próximo das atividades do Fórum Social Mundial, em Belém. Em votação de plenário, posicionaram contra a mudança militantes do PT, PSOL e PCR e independentes.

No debate educacional foram aprovados três documentos. O primeiro é um anteprojeto, cuja finalização será feita durante o CONEB, sobre o Projeto da UNE para as Universidades Brasileiras. O segundo é dedicado a aspectos mais recentes das políticas educacionais. O terceiro faz referência ao Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), apontando a ausência de debate por parte do MEC com os movimentos sociais, a truculência de várias reitorias quando da aprovação da adesão ao programa e indicando uma intervenção do movimento estudantil na disputa de projetos avançados de expansão, que não estejam condicionados pelas metas previstas no Decreto.

Outra importante atividade realizada durante o CONEG foi a Plenária dos Estudantes Petistas. Contando com a presença da secretária nacional da Juventude Petista e dos diretores petistas na UNE, a plenária ressaltou a importância de uma intervenção comum dos petistas e apontou para a realização, ainda esse semestre, de um grande Encontro Nacional dos Estudantes do PT. ★

*__Bruno Elias__ é vice-presidente da UNE

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS),José Correia Neto(SE),Célio Antonio (SC),Expedito Solaney (PE), Fernando Nascimento (PE),Geraldo Cândido (RJ),Iole Iliada (SP),Ivan Alex (BA),Iriny Lopes (ES),Isaias Dias (SP),Jairo Rocha (MT),Janete da Costa Godinho (SC),Jonas Valente (DF),Larissa Sousa Campos (MG),Laudicéia Schuaba Andrade (ES),Lício Lobo(SP),Mário Cândido de Oliveira (PR),Marcel Frison (RS),Marcelino Gallo (BA),Marcelo Mascarenha (PI),Múcio Magalhães (PE),Pere Petit (PA),Rafael Pops (GO),Rafael Pinto (SP),Rosana Ramos (DF),Rosana Tenroller (RS),Rodrigo César (RJ),Rubens Alves (MS),Saulo Campos (MG),Talita Cardoso (PA),Valter Pomar (SP). Edição: Valter Pomar.

Edição: Valter Pomar **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secret. Gráfica**: Edma Valquer

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins,160 conj. 11- São Paulo/SP - CEP 01019-000
E-mail: vpomar@hotmail.com

Uma Escola a serviço do Partido

*Angélica Fernandes**

A formação política foi um grande tema no debate acerca dos três eixos do III Congresso, e não é por acaso que nove das doze teses que se apresentaram na disputa apontam a necessidade de formação, e da busca de uma experiência mais acabada.

No III Congresso, duas resoluções protagonizaram o debate. A primeira delas foi elaborada a partir da retomada da formação política, numa oficina realizada com a presença de secretários/as estaduais de 17 Estados, que a partir das contribuições do debate anterior de Congressos e Encontros Nacionais retomava a proposta da criação do Sistema Nacional de Formação Política. Esta proposta foi subscrita por diversos Congressos Estaduais e algumas das teses do Congresso, em especial, A Esperança é Vermelha.

Lamentavelmente esta proposta plural foi derrotada por outra apresentada e defendida em plenário pelo CNB (Construindo um Novo Brasil). A diferença substancial das duas propostas consistia no lugar da Escola Nacional de Formação, e num debate inscrito na história da formação politica do PT quanto a referencial teórico, método e metodologia, elementos fundamentais que não se apresentaram no processo de escolha de delegados/as ao III Congresso.

A resolução derrotada foi a única que, tendo sido apresentada pelo coletivo de uma secretaria partidária, mesmo assim não foi aprovada. Esse resultado apontava o risco de desestruturação do incipiente trabalho de retomada da formação, que vinha se consolidando nacionalmente.

Debate na comissão

A primeira reunião do Diretório Nacional eleito no PED 2007 constituiu uma comissão para discutir o cronograma de instituição da Escola Nacional de Formação Política, encaminhando um dos principais temas debatidos no III Congresso do PT.

A questão central colocada para a instituição de uma Escola Nacional de Formação Política é a vontade política e consciente do conjunto da direção partidária. Superado este que poderia ser um obstáculo, é fundamental resgatar as antigas e atuais experiências em curso, algo que já foi feito, numa oficina com os secretários/as estaduais e educadores/formadores do PT.

A Escola deve ser parte de um sistema nacional enraizado no partido, que seja capaz de traduzir em seus programas a necessidade de capacitar quadros, lideranças, gestores, militantes e dirigentes para os desafios que se apresentam cotidianamente.

A preocupação que se torna central é do tema do financiamento formação política, algo que está sendo objeto de debates, mas que pode lamentavelmente levar a Escola Nacional a funcionar na Fundação Perseu Abramo, com os seguintes argumentos: a) tem orçamento fixo, e já tem entre suas diretorias uma destinada a formação; b) não está sujeita as intempéries partidárias, funcionando como algo a parte do PT; c) o êxito da experiência de formação da Fundação a credenciaria para incorporar a experiência da Escola Nacional.

Vemos com cautela esta proposta, pois se é verdade que a Fundação tem maior estabilidade de recursos, é verdade também que existe um evidente apartamento entre suas atividades e a vida real do PT.

A Escola deve ser parte de um sistema nacional enraizado no partido, que seja capaz de traduzir em seus programas a necessidade de capacitar quadros, lideranças, gestores, militantes e dirigentes para os desafios que se apresentam cotidianamente.

Os sinais do último período apontam para que nosso partido volte a se debruçar num esforço de elaboração política, das mudanças sofridas pela sociedade brasileira, e quais são os caminhos par construir nosso horizonte estratégico.

O III Congresso reafirmou o caráter socialista de nosso partido, apontou o socialismo como nosso objetivo estratégico. Portanto o que se coloca é a necessidade, de uma Escola Nacional autônoma, plural, não sectária, com vida real (para além de um link na internet), com corpo permanente de formadores, que expresse a pluralidade interna, e principalmente antenada com as aspirações de nossa militância.

Neste sentido a instituição da Escola Nacional deve estar articulada com o Sistema Nacional de Formação, para garantir que a formação seja pensada nacionalmente, instituindo inclusive metas de curto, médio e longo prazo.

Também é fundamental que se institua mecanismos/instâncias para deliberação acerca dos programas, do conteúdo teórico/método e metodologia, e ações para formação política, inclusive com a incorporação das Secretarias Estadual de Formação Política; instituição de Coletivos Regionais para que o currículo possa expressar as demais regionais; instituir Coletivos Setoriais para que o conteúdo de nossas resoluções possam se expressar na política de formação – no confronto direto com as concepções e posturas discriminatórias, sexistas, racistas e homofóbicas.

Enfim o papel do Sistema seria coordenar, sem engessar, as iniciativas de formação de nosso partido, considerando o papel de cada instância neste grande esforço de recolocar a formação na pauta política do PT.

Espero que os argumentos aqui apresentados, somados ao debate ocorrido na oficina nacional e na comissão, dêem conta de construir algo que esteja a serviço do conjunto de nosso partido. ★

*__Angélica Fernandes__ é membro do DN e Secretária Estadual de Formação Política de São Paulo

Foi dada a largada

Valter Pomar*

No dia 5 de outubro de 2008, os eleitores brasileiros elegerão prefeitos e vereadores em 5.560 municípios. No dia 26 de outubro, nas cidades com mais de 200 mil eleitores, poderá haver segundo turno entre os dois candidatos mais votados.

Os partidos políticos têm até o dia 5 de julho para inscrever seus candidatos e registrar suas coligações. Dos 24 partidos legalmente constituídos, pelo menos 11 integram a base de apoio do governo Lula. Cada um dos 27 governos estaduais também é apoiado por coligações plurais, sendo que partidos que estão juntos no governo federal, podem ser inimigos num estado e aliados noutro.

Assim, haverá alianças de todos os tipos nas eleições municipais, sendo que as mais relevantes, que indicarão tendências e projetarão cenários futuros, são as que acontecerão nas 27 capitais de estados, nas 68 cidades com mais de 200 mil eleitores e nas cidades que retransmitem programa eleitoral gratuito de TV, a partir de 19 de agosto.

Há diversos vínculos entre as eleições municipais de 2008 e as presidenciais de 2010. Também por isto, a direção nacional do PT deliberou que alianças com partidos que estão fora da base de apoio ao governo federal deveriam ser tratadas como exceções. Ou seja, precisariam ser debatidas e deliberadas em encontro municipal, referendadas pela Executiva Estadual e (no caso de cidades pólo) obrigatoriamente aprovadas pela Executiva Nacional do Partido. Nas demais cidades, as alianças teriam que ser aprovadas pelas executivas estaduais, cabendo recurso à direção nacional. Mas, de maneira geral, o pragmatismo e a autorização prevaleceram sobre a proibição.

Se no PT houve uma tímida tentativa de impor limites e alguma lógica nacional ao processo de alianças, na maioria dos partidos prevaleceu amplo, geral e quase irrestrito pragmatismo municipal e estadual.

Os principais objetivos do PT nas eleições 2008 são: "reeleger seus atuais prefeitos e prefeitas, ampliar o número de cidades governadas pelo partido e aumentar sua participação em governos locais administrados por legendas aliadas". O Partido pretende, também, ampliar sua participação nos Legislativos Municipais.

O Partido considera que no "no centro dos debates estarão questões relacionadas aos problemas dos municípios", para os quais o partido "deve se apresentar com programas e projetos municipais consistentes, embasado na percepção da realidade local".

Ao mesmo tempo, o PT diz que não se deve "perder de vista o que realmente está em jogo nas eleições deste ano. Haverá uma disputa municipal com olhar focado no futuro. Nesse sentido, é uma disputa de caráter local, mas com projeção nas disputas futuras. O crescimento do PT nessas eleições acumula força para a disputa eleitoral de 2010".

Acontece que a popularidade do governo Lula, bem como a amplitude da base de apoio, fará com que o PT não seja o único Partido que estará disputando os dividendos positivos da administração federal.

Frente a situação contraditória, o PT adotou uma linha ambígua. Por um lado, afirmou buscar alianças preferenciais com PCdoB, PDT, PSB, partidos de esquerda e tradicionais aliados do PT, no sentido de conformação de um bloco de esquerda para enfrentar a direita conservadora. Por outro lado, anunciou que o PMDB, pela sua importância na coalizão do governo Lula e pela sua capilaridade, seria valorizado como outra "possibilidade de aliança", em que pese sua diversidade nos estados e municípios. Além disso, o PT se dispôs a procurar todos os partidos da base aliada ao governo serão procurados pelo PT. Noutras palavras, o PT adotou uma política de alianças que, no limite, atenta contra a integridade do próprio Partido.

Somente em agosto teremos um quadro preciso, mas pode-se antecipar que na maior parte das cidades estratégicas, não haverá alianças do PT com PSDB e DEM. Há exceções, como Aracaju e Campinas (ver artigos na página 6). Cresceu, por outro lado, o número de alianças com o PMDB (ver artigo sobre Goiânia na página 7), embora a aliança mais vistosa tenha naufragado nas águas da Guanabara.

Em Belo Horizonte, o prefeito Pimentel e o Partido Socialista Brasileiro tornaram-se instrumentos nas mãos do governador tucano Aécio Neves. No Rio de Janeiro e em São Paulo, o PT buscou o PMDB, sem sucesso. O governador Sérgio Cabral rompeu a aliança com o PT, que reafirmou a candidatura Alessandro Molon. E o ex-governador Orestes Quércia preferiu apoiar a candidatura do Demo Kassab, também apoiado por José Serra.

O quadro, aparentemente confuso, está servindo como "test drive" para movimentos e alianças que poderão ser feitos no primeiro turno de 2010. Inclusive a movimentação conduzida pelo governador Aécio Neves, pelo deputado federal Ciro Gomes (PSB) e pelo prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel.

Os três apresentam sua movimentação como parte de uma luta contra a "hegemonia paulista" na política nacional. Ao falar disto, flertam com o provincianismo, o bairrismo e o regionalismo. Mas existe sim uma "questão regional" no Brasil e parte do grande empresariado "paulista" vê em Serra uma chance de chegar ao Planalto.

A questão é saber como combater o regionalismo da elite paulista: fortalecendo outro regionalismo, mesmo que encabeçado por neoliberais como Aécio Neves e Tasso Jereissati? Ou fortalecendo o PT e a esquerda, no Brasil como um todo, inclusive no estado de São Paulo? Estas são algumas das questões em jogo, agora e em outubro de 2008. ★

***Valter Pomar** é secretário de relações internacionais do PT

Outra governabilidade é possível

*Lupércio Ariano**

A administração petista em Mundo Novo tornou-se, especialmente no Mato Grosso do Sul, referência na participação popular. Esta história teve início em 1996, quando Dorcelina Folador foi eleita prefeita. Ela corajosamente mudou a forma de administrar e fazer política, instituindo três conselhos democráticos: administrativo; político; orçamento participativo.

Em 30 de outubro de 99, Dorcelina foi assassinada. Em 2001 o PT retorna à prefeitura com Humberto Amaducci. Retomamos o projeto petista, ampliamos a participação popular, discutindo 100% do orçamento com a população, inclusive o custeio da máquina municipal.

Se em 2000 elegemos o Amaducci com uma diferença de apenas 35 votos para o segundo colocado, em 2004 reelegemos contra o mesmo candidato, com uma margem bem mais folgada: 1.322 (58% a 42%).

As forças políticas e sociais conservadoras que aqui polarizam com o PT, são lideradas pelo PMDB e contam ainda com o PSDB e DEM.

Até agora, o PSC e o PTB, estão praticamente certos na nossa aliança. Estes dois somaram 15% dos votos para vereador nas eleições de 2004. O PT fez 21%. Outros partidos aliados fizeram cerca de 20% dos votos. O PT e os partidos aliados elegeram 6 vereadores das 9 cadeiras.

Baltazar (à esq.), Humberto e Dorcelina, petistas de Mundo Novo

Hoje a situação é bastante diferente. Entretanto, a nossa administração não esta refém do legislativo. Sustentada, especialmente através do OP, o nosso mandato chega em 2008 com mais de 90% de aprovação popular.

Agora apresentamos o companheiro Baltazar do PT (AE), para dar seqüência ao projeto petista. Além de candidato a prefeito definido, temos uma forte chapa de vereadores.

O PT tem conversado também com o PR, PDT, PV e PMN. Nas duas últimas eleições o PT elegeu o prefeito e vice. Nesta eleição, possivelmente a vice ficará com um partido aliado. O eleitorado do PT tem apontado a preferência para uma aliança com o PDT ou PR.

O prefeito Humberto Amaducci é apontado como peça fundamental nestas eleições. Na cidade há um sentimento majoritário de que "não se mexe em time que está ganhando", numa alusão clara de que o PT deve continuar no comando da Prefeitura, caso contrário significará volta ao triste passado e ao atraso.

Nosso principal adversário conta com o apoio do governador Puccinelli (PMDB). Nós contamos com a força do PT, da nossa administração e do governo Lula. As perspectivas de vitória são boas, mas, para quem conhece Mundo Novo, aqui não tem eleição fácil. ★

***Lupércio Ariano** é vice–presidente municipal do PT de Mundo Novo (MS)

Enfim, candidatura própria

*Altemir Viana**

A última vez que o PT de Manaus teve candidatura própria para a Prefeitura foi em 1988, quando o companheiro Barroncas foi candidato. Naquela eleição o tucano Arthur Netto (PSDB) foi eleito prefeito, com o apoio do PCB, PCdoB e PSB, derrotando o ex-governador Gilberto Mestrinho (PMDB).

Em 1992, o PT apoiou candidatura da ex-deputada federal Beth Azize (PDT). Em 1996 apoiou o candidato Nonato Oliveira, apresentador de um programa de TV sensacionalista.

Em 2000, o PT decidiu pela candidatura própria, elegeu nas prévias o médico Marcus Barrros (ex-presidente nacional do IBAMA e hoje Secretario Municipal da Casa Civil de Manaus). Mas, depois da escolha do candidato a prefeito, a tendência Unidade na Luta "golpeou" o PT, fazendo Marcus Barros tornar-se vice de Serafim Corrêa (PSB), sem consultar a base do partido. O vitorioso daquela eleição foi Alfredo Nascimento (atual ministro dos Transportes).

Em 2004, o PT apoiou a candidatura de Vanessa Grazziotin (PCdoB) e, no segundo turno, deu apoio ao atual Prefeito, Serafim Corrêa (PSB), que então derrotou o ex-governador Amazonino Mendes (ex – PFL e atual PTB).

Após vinte anos sem candidatura própria à prefeitura de Manaus, o PT apresenta o nome do deputado federal Francisco Praciano. Vereador 4 vezes em Manaus, em 2006 Praciano obteve 127 mil votos para deputado federal, sendo que 112 mil votos foram somente em Manaus, representando cerca de 8% dos votos da cidade.

Praciano tornou-se candidato após vencer prévias, que foram disputadas ainda pelo deputado estadual Sinésio Campos (Movimento PT), atual presidente estadual do Partido.

O quadro eleitoral

Além de Praciano, mais sete candidatos disputam a prefeitura de Manaus: Serafim Corrêa (PSB), atual prefeito; Amazonino Mendes (PTB); o vice-governador Omar Aziz (PMN), com apoio do Governador do Estado, Eduardo Braga (PMDB) e do atual ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (PR); a deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB); e uma candidatura que será lançada pelo PSTU e PSOL.

O vice de Praciano é o deputado estadual Luiz Castro (PPS); na proporcional, o PCB faz parte da coligação. Ganhar a prefeitura de será muito significativo para o PT, pois Manaus comporta cerca de 1,7 milhão de habitantes e 60% do eleitorado do Amazonas. ★

***Altemir Viana** é dirigente nacional da AE e militante do PT Manaus

A primeira vez a gente nunca esquece

Pela primeira vez em sua história, o PT não terá candidato próprio às eleições para prefeito de Campinas. Neste ano de 2008, o PT apoiará a candidatura de Dr. Hélio (PDT), numa chapa que terá o PT na vice e o apoio do DEM.

Ao contrário do PT, que recebeu em 2001 uma administração destruída, o atual prefeito recebeu uma administração organizada, com políticas públicas, com projetos, com convênios firmados. Isto, mais o apoio que recebe do governo Lula, deu ao governo Hélio condições muito melhores de desenvolver seu governo.

Infelizmente, a orientação personalista do prefeito e a composição conservadora de seu governo, produziu o desmonte ou uma reorientação das políticas públicas implementadas durante o governo petista. O orçamento participativo virou peça decorativa. Os demais conselhos municipais também foram asfixiados. Na saúde pública, adotou-se uma orientação tradicional e pró-terceirização. A terceirização e privatização de serviços públicos essenciais atingem, também, unidades da educação. A política de cultura, de mulheres, de combate ao racismo e de respeito à diversidade perdeu o caráter estratégico que teve na administração petista. Hélio adotou o clientelismo como método de composição dos cargos da administração. Seu governo é composto por pessoas cuja ficha corrida explica os problemas presentes e os que certamente acontecerão no futuro. O Plano de Cargos, Carreiras e Salários do funcionalismo público foi descartado sem nenhum debate. Além disso, o governo Hélio tratou as campanhas salariais com desconsideração, truculência e violência.

Apoiar Dr. Hélio nas eleições causará, como já está causando, muito dano ao Partido. Muitos militantes e eleitores do PT não acatarão a decisão partidária e não farão campanha para o Dr. Hélio. Outros se desfiliarão ou ficarão em casa. Ficará temporariamente mais forte a posição daqueles que usam sua influência na máquina governamental, para fazer filiações em massa.

Respeitaremos a decisão do Partido, embora se trate de um imenso erro. Respeitar a posição é necessário, exatamente para que os que defendem nossa posição possam voltar a ser maioria no PT Campinas.

Para nós a campanha eleitoral será um momento de chamado à militância histórica que não se rendeu, um chamado aos novos militantes para que se filiem, para reconstruirmos uma maioria combativa e darmos novos rumos ao PT Campinas.

Nota da direção municipal da AE

ELEIÇÕES 2008 ARACAJU

Um convidado mal intencionado pode estragar a festa

*Tadeu Brito**

A ala moderada do PT de Sergipe, liderada por Deda (esq.), se porta como escada para o capitalista Albano Franco (PSDB) - no centro da foto - subir no palanque e ter papel de destaque na reeleição do comunista Edvaldo Nogueira (dir.).

Enquanto importantes secções estaduais do PT atacam sem vacilar os governos tucanos de Yeda (RS) e de Serra (SP), a ala moderada do PT de Sergipe se porta como escada para o capitalista Albano Franco subir no palanque e ter papel de destaque na reeleição do comunista Edvaldo Nogueira.

Já em junho de 2006, o candidato Marcelo Deda faz um convite público ao PSDB local: "atravessem as fronteiras das mudanças". Mas a verticalização nacional das coligações eleitorais força o PSDB de Sergipe a ficar na reeleição de João Alves (DEMo). Tem início a primeira revoada de tucanos rumo "às terras" mudancistas. Dois presidentes estaduais do PSDB renunciam ao cargo e entram na campanha dedista.

A segunda leva de tucanos que trocam de ninho ocorre em 2007, e conta com auxilio do governador eleito. Agora os "tucanos/pombos" se ajuntam no PDT. O terceiro bando atravessou "as fronteiras da mudança" na sexta, 20 de junho de 2008.

Dois anos após o convite oficial, a tucanada sergipana quer ingressar na base "dedista" de mala e cuia. Exigiram e receberam tapete vermelho na recepção. Ou alguém acha que foi de graça que a presidenta tucana, Miriam Ribeiro, na abertura do 'ato de adesão' a Edvaldo, ao relatar os minutos que antecederam a tomada da decisão, deixou escapar o "(...) perguntamos então a Edvaldo: o que pensa o governador?"

Registro ao também despretensioso elogio de Albano ao governo e ao governador Deda: "competente e brilhante". Albano é reconhecido empresário de direita ligado a FIESP e a CNI. Contrário à criação da Contribuição Social da Saúde. E como Aécio trabalha para o "pós-lula", Albano pensa no "pós-Deda" (há quem diga que Albano integra o "GT – Aécio 2010").

A exemplo dos conflitos na "coalizão lulista" sobre 2010, o "bloco dedista" está imerso numa disputa cujo pano de fundo é 2014, o "pós-dedismo". O problema é que 2010 está logo aí e lançará as bases para 2014. O PT de Sergipe segue sem projeto estratégico e de poder. É nítida a divisão interna dentro da "força majoritária", transformada em grupos de pressão que, cada um ao seu modo, se planeja no planejamento do governador.

Deda, ao tempo que ataca a "paulistização" do petismo e de público ressalta suas afinidades programáticas com os "pombos" do PSDB, se torna ideólogo da conciliação de classes no Brasil. Em suas palavras: "é a união das forças do bem e do progresso". ★

***Tadeu Brito** é membro da Executiva Estadual do PT-SE e militante da AE.

Rumo ao segundo mandato

*Marcel Frison**

Chegamos à prefeitura nas eleições de 2004, com a vitória do companheiro Ary Vanazzi sobre Waldir Schmidt, rompendo o ciclo de três governos sucessivos do PMDB na cidade.

Depois de três anos e meio governando, o balanço da nossa administração é extremamente positivo, um dos principais indicadores é o resultado da última pesquisa de opinião onde alcançamos uma aprovação de 68% contra menos de 6% de reprovação.

É difícil descrever, neste pequeno espaço, o conjunto das realizações do Governo Vanazzi. De maneira geral, incidimos fortemente na reestruturação dos espaços e aparelhos urbanos, abrimos um leque enorme de políticas de inclusão social, democratizamos a Prefeitura, recolocamos o município no caminho do desenvolvimento e operamos uma forte ofensiva na captação de recursos.

Hoje podemos afirmar, com muito orgulho, que não só cumprimos nosso programa pelo qual disputamos as eleições passadas, como o ultrapassamos, atingindo um patamar muito superior daquilo que nos propusemos a fazer.

Balanço da administração de Ary Vanazzi (foto) é bastante positivo

O clima na cidade, às vésperas de começar a campanha eleitoral, é de tranqüilidade, com momentos de euforia por parte de setores importantes da sociedade que consideram o pleito como já decidido. São muitas as adesões ao nosso projeto, dos movimentos sociais aos partidos políticos.

O PT leopoldense está bastante unificado. No Encontro Municipal aprovamos por unanimidade a reedição da chapa vitoriosa em 2004, Ary Vanazzi e Alexandre Roso (PSB), a nossa chapa proporcional e a nossa política de alianças. A única diferença se deu mais tarde, quando discutimos a aceitação do PTB no arco de alianças (composto pelo PT, PSB, PC do B, PDT, PV, PRB, PSC, PR e PP), o que foi negado por razões políticas locais.

A oposição aparentemente está bastante desarticulada e enfraquecida, nosso principal adversário, Schmidt, desistiu de concorrer e está apoiando o vereador Aníbal Moacir (PSDB). O Dr. Moa, como é conhecido, é um político respeitado na cidade, mas até o momento, não tem conseguido angariar o apoio necessário para se colocar como alternativa concreta para o pleito. Talvez surjam outros nomes, da oposição de esquerda capitaneada pelo PSTU e do PPS, na busca de uma terceira via.

Enfim a que tudo indica, cumprimos a lição de Sun Tzu : “uma batalha deve ser vencida antes dela começar ou não será vencida”. Espero que “os nossos cadarços permaneçam bem amarrados junto aos nossos sapatos”. ★

***Marcel Frison** é membro do DN e Presidente do PT São Leopoldo

ELEIÇÕES 2008 GOIÂNIA

Há saída para o PT de Goiânia?

*Eduardo Loureiro**

Fazer uma aliança com outro partido político não é escolher entre dois ou mais quadros, se o assunto “x” ou “y” deve constar em uma resolução, como será distribuído o tempo de TV, se determinada reivindicação social terá ou não apoio do partido. Em suma, não é uma mera decisão tática, podendo ainda significar uma profunda alteração de rumos.

É o caso de Goiânia, onde há 23 anos o PT sempre teve a cabeça de chapa e disputou com o PMDB, agora consagrado na cabeça de chapa da coligação integrada pelo PT.

Podemos dividir a construção da aliança do PT com o PMDB, para as eleições de Goiânia 2008, em três fases distintas. Tanto na eleição de delegados, quanto na votação da proposta no Encontro, os defensores da aliança venceram. Contudo, não houve o menor esboço de diálogo com os “derrotados”, a não ser para pedir apoio a seus respectivos candidatos à vice.

Acontece que a construção do apoio à tese da aliança foi baseada, dentre outras coisas, na ânsia de derrotar o lado pró-candidatura própria do PT. Isto foi feito lançando mão de um discurso de “projeto nacional” inconsistente – Goiânia é uma das poucas capitais onde a aliança PT-PMDB vigora – e com base num modus operandi agressivo. Depois disso, como unificar o Partido?

Qualquer passo a ser dado daqui para frente terá sérias conseqüências para a trajetória do PT de Goiânia e de Goiás. Para aceitar uma mudança estratégica desta monta, o militante petista tem que estar convencido. Caso sigamos com a política aprovada por maioria numérica apertada, mas politicamente inconsistente, teremos um partido ainda mais apático que na eleição de 2006, e corremos o risco de uma crise sem precedentes.

Com esta opção, a direção partidária – também dividida – ficará sob um sério dilema: ou faz vista grossa, ou promove uma caça aos dissidentes que faria Tomás de Torquemada corar de vergonha.

Uma outra saída seria a busca do diálogo interno em busca de uma solução consensual. Aparentemente, não se vêem caminhos possíveis indolores. É necessário que o PT tome a decisão que menos lhe cause danos. Em situações como esta, geralmente se utiliza de um recuo estratégico.

Afinal, somos um partido político que não se verga ao vento dos fatos, mas que tem capacidade de organizar ações para se proteger deste, e até mesmo de desviá-lo para onde nos interessa. ★

***Eduardo Loureiro** é membro da comissão executiva do PT de Goiânia

O lugar das mulheres

*Angélica Fernandes**

Neste momento, em que a maioria dos Diretórios Municipais debate e elabora o Programa de Governo de nossas candidaturas, é fundamental que a implantação de políticas para mulheres seja incorporada como uma ação consciente de nossas direções partidárias.

As políticas públicas com recorte de gênero – para as mulheres - são aquelas que reconhecem a diferença de gênero. Para debater o tema, é necessário considerar a problematização da relação entre aquelas políticas e o Estado. "Até recentemente o Estado não assumia, ainda não assume de todo, a responsabilidade com a desconstrução dessa desigualdade de gênero, raça/etnia e de gerações. (...) ainda é muito recente a entrada deste debate e destas ações junto ao Estado"(Coordenadoria da Mulher de Campinas, 2003).

É fundamental resgatarmos em que etapa da história as mulheres entraram no debate sobre o papel do Estado em suas vidas. É importante ressaltar que no final dos anos 1970, início dos 1980, ocorreram fatos que transformaram a relação entre o Estado e a sociedade. O primeiro foi a redemocratização, e não menos importante foi que o modelo de desenvolvimento aplicado pelos militares resultou em graves crises econômicas e inflação crescente. Isto foi fundamental para o ressurgimento do movimento sindical combativo, para a reorganização dos movimentos populares em torno de suas reivindicações específicas, expansão da ação pastoral da Igreja Católica, entre outras iniciativas. Toda essa movimentação favoreceu a rearticulação da política de oposição ao regime militar.

A novidade dessa movimentação foi a organização das mulheres, por representar maioria numérica na maioria dos movimentos. As mulheres se reuniram em movimentos diversos, clube de mães, associações femininas, associações de bairros, e diversas organizações que reivindicavam do Estado o atendimento de suas demandas em diversas áreas. Neste contexto é importante destacar que as mulheres foram à novidade no cenário político das lutas pela redemocratização.

As mulheres da classe trabalhadora e dos setores populares sofreram forte influência do feminismo e suas bandeiras. Nesta interação com as feministas, as mulheres mais pobres, tomaram contato com a discussão sobre a opressão específica a que estavam submetidas, e principalmente que essa condição não era algo natural, mas sim construída social e culturalmente. A partir dessa percepção passaram a discutir sua sexualidade, direito ao corpo e tantas outras pautas que estava restrita ao mundo da casa – privado. É importante destacar dois importantes movimentos liderados por mulheres neste período: o movimento contra a carestia e o movimento por creches. A participação nestes movimentos levou muita dessas mulheres a despertar para sua condição de subordinação e opressão social, questionando assim as relações de gênero na casa, na família e comunidades.

O resultado de toda essa mudança foi que as mulheres passaram a debater sua relação com o Estado, cobrando das autoridades políticas públicas para atendimento de suas reivindicações gerais – habitação, urbanização, transporte, água e saneamento, entre outros; como também de suas necessidades específicas, são elas: combate à violência sexista, saúde integral em todas as fases de sua vida, creches.

O ambiente das lutas democráticas, na qual as mulheres tiveram um papel importante, trouxe em seu bojo um novo debate no qual germinaram idéias e propostas concretas para atender as reivindicações especificas das mulheres pelo Estado, em seus mais diversos níveis – municipal, estadual e federal – isso através de uma ação consciente e organizada, para que fossem enxergadas pelas autoridades e a sociedade como sujeitos com direitos amplos, mas também específicos.

Primeiras iniciativas

A eleição de 1982 foi realizada sob a forte influência da ascensão do movimento das oposições, e da mobilização das mulheres. Naquele momento parte das mulheres, principalmente as feministas, organizou uma plataforma específica chamada Alerta Feminista a qual foi apresentada às candidaturas que disputavam os governos estaduais.

Um exemplo da incorporação desse debate foi no governo de São Paulo, eleito em 1983, que cumprindo um compromisso e atendendo a reivindicação apresentada pelas feministas durante o processo eleitoral, criou em 1983, o Conselho Estadual da Condição Feminina.

Também em 1983, passou a ser elaborado o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, uma importante reivindicação do movimento de mulheres, em 1986 o PAISM foi incorporado formalmente à estrutura do INAMPS.

Em 1985, em São Paulo, foi criada a primeira Delegacia de Defesa Mulher - DDM. Em 1990 foi criado na Secretaria da Segurança Pública, o Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica – COMVIDA, através do decreto 31.288, de 8 de março de 1990.

A partir de 1990, o processo, ainda que lento, sofreu uma interdição, com a troca de ⇨

governo. Pelo perfil conservador e autoritário do governador, trabalho praticado pela primeira-dama do estado, de caráter altamente clientelista ganhou muito peso, em detrimento do Conselho Estadual da Condição Feminina que com pouquíssima infraestrutura, passou a ser peça decorativa, com restrita influência nas políticas de governo.

Contrariando a tendência neoliberal, na década de 90, houve uma importante ampliação da discussão sobre políticas públicas para mulheres, impulsionado pelo movimento de mulheres e por diversos encontros e conferências mundiais, como a ECO 92 marcado pelo surgimento do ecofeminismo, sobre o Meio Ambiente; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993, a Conferência sobre População e Desenvolvimento, em 1994, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, em 1994; a Conferência Mundial sobre a Mulher - Beijing, 1995.

Em especial, a Conferência Mundial de Mulheres, organizada pela ONU em 1995, em Beijing/China, e os demais foram internacionais passaram a ser referência para setores do movimento de mulheres e feministas, criando assim uma dinâmica e agenda a partir do setor governamental internacional.

No Brasil um importante marco foi o "Projeto Gênero nas administrações – desafios para prefeituras e governos estaduais", que teve um importante papel na discussão dos avanços e dificuldades que as gestoras públicas de gênero nos governos municipais e estaduais enfrentavam no seu trabalho cotidiano. Estiveram envolvidos neste projeto os Estados do Rio Grande Sul, Mato Grosso do Sul, Acre, e as cidades de Angra dos Reis, Barra Mansa, Ipatinga, Mauá, Porto Alegre e Santo André.

Soma-se a essa iniciativa o Encontro sobre Gênero e Políticas Públicas, promovido pelo Instituto Polis, em São Paulo, 2000; Encontro Nacional de Mulheres e Poder Local, organizado pelo IBAM, em abril de 2000, no Rio de Janeiro, e o Encontro sobre os Indicadores do Gênero, promovido pelo IBAM, em fevereiro de 2001.

Também contribuiu para ampliação do debate no Estado de São Paulo a implementação de políticas públicas em nível local – municipal - com ações de combate a violência sexista, educação diferenciada, treinamento de agentes públicos em São Paulo, Santo André, Santos, Diadema, Piracicaba, Mauá, governos dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores. Essa situação está relacionada à incorporação por parte de diversos governos municipais de governos democráticos e populares, de ações de políticas públicas para mulheres.

Outro fator importante nesta discussão foi a ampla mobilização no final da década de 90, quando parte do movimento de mulheres no Brasil se incorporaram à Marcha Mundial de Mulheres – MMM, que teve início no Quebec, Canadá, cuja principal estratégia era articular a luta contra a pobreza e a violência sexista. Esta mobilização foi importante para recolocar na pauta política as demandas das mulheres, principalmente, as mais empobrecidas.

Mulheres do PT

As mulheres do PT, na década de 80, elaboraram uma proposta de políticas públicas para serem implementadas pelo poder executivo em todos os níveis, partindo do pressuposto que a pseudo-imparcialidade do Estado favorece aqueles que estão em vantagem.

A proposta consistia em criar, no âmbito governamental, órgãos específicos para elaborar, formular, articular e executar políticas para mulheres, com dotação orçamentária e interface com as demais secretarias/ políticas/ programas de governo.

O objetivo dessa proposta era o de colocar o poder de Estado, nos seus diferentes âmbitos – municipal, estadual e federal – a serviço da eliminação das desigualdades entre homens e mulheres. Seja na família, no trabalho, na escola, no lazer ou na cultura. Isso se daria através de políticas públicas concretas. Tal concepção se contrapôs aos Conselhos da Condição Feminina, que expôs seus limites, por possuir caráter consultivo e não ter autonomia na ação frente ao conjunto do governo.

A experiência em curso mais exitosa é a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM/PR), criada em 2003 no governo federal. Ao longo de cinco anos foram realizadas duas conferências nacionais, elaborados dois planos nacionais de políticas para mulheres e conquistamos a existência da Lei Maria da Penha. Apesar disto, o modesto orçamento da SPM/PR, com menos de 1% do orçamento da Presidência da República, torna impossível propor políticas que incidam na vida real das mulheres, na mudança de cultura de nosso país.

Lamentavelmente, esta experiência em curso não tem sido implementada em municípios e Estados dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores e, em alguns estados e municípios, foram substituídos por núcleos temáticos de governo, perdendo o caráter de eixo estruturante que a política pública para mulheres deve ter nas políticas e ações de governo.

Neste momento, em que a maioria dos Diretórios Municipais debate e elabora o Programa de Governo de nossas candidaturas, é fundamental que a implantação de políticas para mulheres seja incorporada como uma ação consciente de nossas direções partidárias. Este compromisso foi reafirmado tanto pelas conferências nacionais convocadas pelo Governo Federal, como também foi objetivo de resolução unitária do X Encontro Nacional de Mulheres do PT. ★

***Angélica Fernandes** é membro do DN e Secretária Estadual de Formação Política de São Paulo

GM: investimento e exploração

*Gino Genaro**

A indústria automobilística nunca lucrou tanto no país como nos últimos anos. As várias montadoras aqui instaladas vêm se esforçando para expandir sua produção, ao mesmo tempo em que cortam gastos --leia-se, salários-- aumentando seus lucros já exorbitantes.

Um capítulo marcante desta tendência ocorreu recentemente na montadora da General Motors (GM) de São José dos Campos, no interior paulista, quando em fevereiro de 2008 a montadora anunciou novos investimentos em sua planta industrial, com a criação de 600 novos empregos.

A GM, entretanto, condicionava tais investimentos ao aceite, por parte dos trabalhadores e sindicato (PSTU/Conlutas), de uma contrapartida que previa, dentre outros pontos, a redução da grade salarial para os novos contratados, além do famigerado banco de horas, que permite à empresa estender a jornada de trabalho de acordo com suas necessidades, sem o pagamento em dinheiro das horas extras.

Na época, por uma magra diferença, a maioria dos trabalhadores da fábrica foi contrária ao acordo. A direção da empresa decidiu então transferir estes investimentos para sua planta de São Caetano do Sul, também em São Paulo, ampliando de 600 para 1.500 o número de vagas a serem abertas, bem como ameaçando para um futuro próximo o fechamento da unidade de São José dos Campos, que estaria fadada à obsolescência. Os trabalhadores de São Caetano (CUT) decidiram aceitar a contrapartida exigida pela fábrica.

A polêmica tomou conta da cidade. O prefeito do PSDB criticou o radicalismo dos trabalhadores e do sindicato, a Câmara Municipal montou uma comissão de vereadores, representantes patronais e até eclesiais em defesa da empresa, a mídia destacou a intransigência da Conlutas etc.

Todos entraram na polêmica, menos o partido... dos trabalhadores. A maioria da direção do PT, entretanto, se viu compelida a se manifestar sobre o assunto no momento em que a empresa fez uma segunda proposta de ampliação da planta de São José, em meados de abril, mantendo, entretanto, as mesmas exigências de contrapartida por parte dos trabalhadores.

Assembléia de metalúrgicos da GM de São José dos Campos

O PT de São José atuou de maneira errada, desde o início, em relação a esta disputa. Primeiro por não ter entrado num debate tão importante e afeito aos interesses da classe que queremos representar. Segundo por, ao decidir manifestar-se, fazê-lo de forma despolitizada, sem qualquer viés classista, confundindo nossa base social ao não deixar claro de que lado o partido se encontrava.

A nota aprovada pela Executiva --com apenas um voto contrário-- pode ser resumida em uma única palavra: conciliação. Criticou a entrada da Prefeitura na contenda, que teria perdido "a condição de mediadora no processo", como se o PSDB estivesse pleiteando tal condição; criticou as posições assumidas pelo sindicato (Conlutas), sem contudo deixar claro suas próprias posições; por fim, conclamou as partes para um diálogo franco e fraterno, na expectativa de se chegar a um consenso, como que querendo agradar a todos sem se indispor com ninguém, fórmula tida por muitos como perfeita para um ano eleitoral.

Conlutas x CUT

Outro aspecto a ser observado diz respeito às divergências, de mérito e forma, no seio da classe. Errou a Conlutas quanto à forma --em que pese ter acertado no mérito-- ao tentar impor sem o devido debate as posições da direção junto à base, ao não saber travar na sociedade esta expressão concreta da luta de classes e ao se isolar dos movimentos e partidos defensores das causas dos trabalhadores.

Errou a CUT ao aceitar incondicionalmente as exigências de contrapartida da empresa na unidade de São Caetano do Sul, inclusive criticando a postura "sectária" dos metalúrgicos de São José; e ao titubear na defesa de conquistas históricas dos trabalhadores por maiores salários e jornadas de trabalho menores.

A CUT em São José chegou ao ponto de distribuir cinco mil questionários "anônimos" aos trabalhadores da fábrica como forma de aferir a posição dos mesmos em relação ao assunto, negligenciando as assembléias como espaço soberano e democrático para a tomada de decisão, despolitizando o debate e perdendo uma oportunidade ímpar de aumentar a consciência da classe e de recuperar seu prestígio junto àquela categoria.

Quem deve estar aplaudindo e se beneficiando com toda esta disputa são os empresários, que vão conseguindo impor seus planos de "eficiência máxima" e "custo mínimo" na eterna busca por mais lucros. ★

***Gino Genaro** é membro da direção estadual da AE-SP e da Executiva do PT/SJCampos

SINDICAL

Agosto, mês de luta

A CUT comemora 25 anos de lutas, conquistas e desafios rumo a sua 12ª Plenária Nacional, que ocorrerá entre os dias 5 a 8 de agosto. Estarão em debate: o balanço político organizativo do período, a estratégia da CUT e o plano de lutas. Até o final de junho todas as plenárias estaduais foram realizadas, com mais de 600 delegados(as) eleitos(as).

Durante esse processo um caderno de teses foi produzido, contendo um texto da direção nacional (conteúdo que expressa as posições da Articulação Sindical) acerca dos temas centrais e textos de contribuição das demais correntes organizadas no interior da CUT (AE, TM, DS, OT).

Os militantes da Articulação de Esquerda estarão presentes, defendendo as posições expressas nos textos apresentados e nas lutas travadas no movimento sindical. Ganha destaque a defesa da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

Essa proposta - PEC 390/01, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas tramita no Congresso Nacional. A CUT, junto com as demais centrais sindicais, desde fevereiro vem mobilizando a classe trabalhadora na defesa de sua aprovação. Vários atos foram organizados pelo Brasil afora, demonstrando a necessidade de reduzir a jornada para pressionar governos e empresas na geração de novos empregos. Em junho, cumprindo a meta de mais de 1,5 milhão de assinaturas recolhidas, foi entregue à Câmara dos Deputados o abaixo assinado das centrais sindicais.

Outra importante defesa da CUT é a ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT, que tratam, respectivamente, da organização sindical e do processo de negociação dos trabalhadores do serviço público e da restrição às demissões sem justa causa, criando regras de proteção ao trabalho. Os dois textos foram entregues ao Congresso Nacional no dia 14 de fevereiro deste ano pelo governo federal. ★

SETORIAIS

Tópicos de balanço

*Leandro Eliel**

Durante maio de 2008 aconteceram os Encontros Setoriais do PT. A AE teve participação destacada em importantes setoriais, por exemplo: Combate ao Racismo, Mulheres, Pessoas com Deficiência, Esporte e Juventude. Noutros tivemos reduzida participação numérica, mas contribuímos na formulação política.

Sindical

Participaram representantes de 16 estados, que debateram a conjuntura econômica e política do país, a relação do PT e das administrações petistas com o movimento sindical, a unidade dos petistas no movimento sindical e as próximas eleições. Na composição do Setorial foi reproduzida a experiência de chapa unitária entre todas as forças políticas existentes, garantindo também unidade política em importantes temas, como: a defesa do Plebiscito oficial sobre a anulação do leilão da Vale do Rio Doce e uma resolução contrária à aliança com os tucanos em Belo Horizonte. Aprovou-se um plano de lutas e foram eleitos os dirigentes. João Felício foi reconduzido como coordenador e Silvio Aragusuku, representando a Articulação de Esquerda, estará na coordenação nacional.

Meio Ambiente

O VIII Encontro Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT se reuniu logo após a saída da Marina Silva do Ministério. Os temas desenvolvimento econômico e sustentabilidade ganharam ainda mais centralidade nos debates realizados. O Encontro lamentou a renúncia de Marina e apontou as dificuldades do governo federal em incorporar a sustentabilidade no processo de desenvolvimento. O Encontro aprovou uma resolução de solidariedade com a CEN do PT, pelo veto à aliança do PT com o PSDB em Belo Horizonte. Foram eleitos 109 delegados em 12 Encontros Estaduais e destes, 103 se credenciaram e participaram do encontro. Entre delegados, observadores e convidados, estiveram presentes no encontro mais de 150 pessoas de dezesseis estados: AC, AM, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RS e SP. Neste setorial, o processo de disputa foi acirrado, tendo quatro candidaturas apresentadas: Temístocles Marcellos Neto (TM), André Sena (TM), Gilney Viana (PT Militante e Socialista) e Júlio Barbosa (CNB). Antes da votação, Temístocles retirou sua candidatura em apoio a André Sena, que foi ao segundo turno contra Júlio Barbosa, que venceu a disputa.

Agrário

Durante os dias 17 e 18 de maio, no Hotel Nacional, em Brasília, realizou-se o Encontro Nacional Agrário do PT. No total, participaram 6 estados da Federação: DF, TO, MA, SP, MT, ES. Os estados de TO e o DF não atingiram o quorum em seus respectivos encontros estaduais. No encontro foi eleito o companheiro Oswaldo Russo, do DF, ex-presidente do INCRA para ocupar a função de Coordenador Nacional Agrário. Foi aprovada uma Moção na Plenária final dos Encontros de todos os setoriais, pedindo a executiva nacional que reconhecesse o Setorial como secretaria, status que o mesmo ocupou no passado.

Saúde

O Encontro Nacional do Setorial de Saúde aconteceu em Brasília junto com os outros setoriais da Secretaria de Movimentos Populares do PT. Apesar de reduzida participação, foi bem representativo e teve um bom debate sobre a única tese inscrita. Foi possível incluir no balanço de conjuntura uma postura crítica à política econômica e o financiamento para as áreas sociais. No debate, destacou-se não ser suficiente aprovar a EC 29, se esta não estiver vinculada a uma forma de arrecadação fixa que dê conta de efetivá-la na prática.

O ponto mais polêmico foi em relação às Fundações Estatais de Direito Privado, defendido por companheiros gestores da Bahia e do RS. O texto ficou praticamente como estava, com uma postura crítica sobre as essas fundações. A descriminalização do aborto também foi incluída.

Com relação à composição do setorial, não houve grandes mudanças e nem disputas. A CNB é majoritária no setorial, com a participação da DS, tendo representação de gestores federal e estadual, de usuários, de trabalhadores, de parlamentar e de assessores legislativos, representando diversas regiões.

Rearticulação

Em todos os setoriais, assistimos a um forte investimento da CNB, centralizando seus militantes e orientando a votação em seus candidatos. Esse empenho da CNB faz parte de um processo de reorganização do ex-campo majoritário, que se diluiu organicamente e que funcionava como federações de mandatos e interesses. Como não possuem mais maioria absoluta no interior do PT e outros setores ao centro ganharam espaço, está em curso um movimento para recuperar o espaço perdido. Quase todos os encontros setoriais foram ganhos pela CNB. ★

***Leandro Eliel** é dirigente do PT Campinas e da direção da AE-SP

Saci: mascote da Copa

*Mouzar Benedito**

O ano de 2014 ainda está longe. Mas desde já, depois de uma reunião na Biblioteca Monteiro Lobato, em São Paulo, decidimos começar uma campanha para escolher o Saci como mascote da Copa do Mundo que será realizada no Brasil.

O Saci tem muitas vantagens. Primeiro, sendo um mito, habitante do nosso imaginário, não vai render direitos autorais a ninguém. O que poderão (e será bom) fazer é um concurso para escolha do melhor Saci, em que poderão concorrer cartunistas, ilustradores e desenhistas em geral, inclusive amadores.

Podemos listar uma série de qualidades dele. Uma é a cor negra, característica da maioria dos brasileiros pobres, vítimas de preconceitos, e também da maioria dos nossos futebolistas. Para completar, é deficiente físico, sem roupa... e é um brincalhão, um gozador nato. Mais brasileiro do que isso, impossível.

Tem mais: na origem, ele era um indiozinho protetor da floresta, com duas pernas. Depois é que ganhou a cor negra como a dos escravos que o adotaram. E foi aí que perdeu uma perna.

Há várias histórias sobre como isso aconteceu. Uma delas, que preferimos, é que ele foi escravizado, e dormia preso por grilhões em uma perna. Uma noite, cortou a perna e fugiu. Preferiu ser um perneta livre do que um escravo com duas pernas. Portanto, é um libertário.

Aí, ganhou um gorrinho vermelho, dado pelos brancos. Na Europa, vários mitos têm gorrinhos mágicos semelhantes. Durante a Revolução Francesa, os republicanos usavam também um gorrinho como o dele. Na Roma antiga, o escravo que se tornava livre também ganhava um gorrinho vermelho, chamado píleo. Então, ele é a sínteses dos três povos que formaram o brasileiro: ameríndios, africanos e europeus. Só não tem orientais na sua formação porque eles começaram a chegar aqui no século XX. Mas tem quem conte que andou vendo Saci de olho puxadinho no bairro da Liberdade, em São Paulo.

O Saci, como outros mitos de origem indígena, é um protetor do meio ambiente, principalmente da mata. Outros mitos protegem a água e os peixes (Iara), os campos (Boitatá) e os animais (Caipora), mas o Saci é o mais conhecido de todos, é o mais popular dos mitos brasileiros. Se falamos dele em qualquer estado brasileiro, todos sabem que é um negrinho perneta, brincalhão, aprontador, que pita um cachimbinho, tem um gorrinho vermelho que é mágico e anda nos redemoinhos.

Viva o Saci, com a bola no único pé (fabricantes de chuteiras chiarão?) dando um baile nos gringos! ★

*jornalista e escritor

FORMAÇÃO

PROGRAMAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES DA AE

Dia 21/07 – segunda feira
Manhã: Abertura
Tarde: Estudo da resolução da X Conferência da AE - Socialismo, Estratégia e Bloco Histórico
Noite: Livre

Dia 22/07 – terça feira
Manhã - Resolução da X Conferência (Programa)
Tarde: Resolução da X Conferência (Partido)
Noite: História da Luta pelo Socialismo (1848-1917)

Dia 23/07 – quarta feira
Manhã: O lugar do marxismo na história - questões de método
Tarde: A Revolução Russa (1917-1991)
Noite: A Revolução Chinesa (1949-2008)

Dia 24/07 – quinta feira
Manhã: A Revolução Cubana e as guerrilhas da América Latina (1959-1979-2008)
Tarde: O Governo da Unidade Popular no Chile (1970-1973)
Noite: História da Luta pelo Socialismo (1980-2008): atual período da luta de classe, debate sobre neoliberalismo e imperialismo

Dia 25/07 – sexta feira
Manhã: História do Brasil - 1500 a 1930
Tarde: História do Brasil - 1930 a 1980
Noite: História do PT

Dia 26/07 - sábado
Manhã: História da AE
Tarde: História do Governo Lula - caracterização, o lugar da "institucionalidade"
Noite: Festa

Dia 27/07 - domingo
Manhã: Avaliação
Tarde: Reunião do Coletivo de Formadores - planejamento de tarefas
Encerramento às 17 horas.

O "1º Curso de Formação de Formadores" da Escola de Quadros da AE será realizado no Instituto Pio XI (Rua Pio XI, 1100 - Alto da Lapa - São Paulo).

O custo para participação é de R$ 443,00 por pessoa, correspondente a hospedagem e alimentação, durante os sete dias de curso. Há outras duas opções: a) sem hospedagem nem alimentação = R$ 65,00; b) sem hospedagem com alimentação = R$ 233,00.

Como chegar
Do Aeroporto de Cumbica (Guarulhos)
De Ônibus executivo para a Avenida Paulista. Descer na Av. Paulista (em frente a qualquer ponto de ônibus). Pegar Ônibus Terminal Pirituba (917-H) ou Rio Pequeno ou Pq. Continental (874-C) . Descer no Supermercado Pão de Açúcar, da Rua Cerro Cora.
De Ônibus executivo para a Barra Funda. Descer no terminar Barra Funda. Pegar o ônibus Jd. João XXIII (748-R) e descer na Rua Pio XI na altura do número 1100
Táxi: valor entre R$80,00 e R$100,00
Ônibus executivo: R$28,00